



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de Abril de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte:

Audição do Presidente do Conselho Diretivo do InIR - Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, na sequência de requerimento do PS

2.ª parte:

1. Apreciação e votação da ata n.º 62/XII (relativa à reunião de 4 de abril de 2012); 2. Outros assuntos.

1.ª parte: Audição do Presidente do Conselho Diretivo do InIR - Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, na sequência de requerimento do PS

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Eng. Alberto Moreno, Presidente do InIR e a sua equipa, informou que esta audição seria gravada e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O Presidente do InIR transmitiu a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários à Comissão acerca da cobrança de portagens na ponte 25 de abril, que esteve na base do requerimento apresentado pelo GP do PS. Em seguida prestou informações sobre os termos do contrato de concessão da Lusoponte, sobre a criação da derrama estadual em sede de IRC e o seu impacto contratual, sobre as relações institucionais entre o InIR, as tutelas das Finanças e das Obras Públicas, a Lusoponte e as Estadas de Portugal. Referiu-se aos termos dos acordos de reequilíbrio financeiro FRA VIII e FRA IX celebrados entre o Estado e a Lusoponte e aos regimes de compensações neles previstos e, finalmente, aos diferendos surgidos nesse domínio.

Iniciou-se a primeira ronda de perguntas com o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo em representação do GP requerente (PS), a solicitar esclarecimentos ao Presidente do InIR sobre a salvaguarda do interesse público nos contratos que foram celebrados pelo Estado com a Lusoponte, sobre o duplo pagamento feito à concessionária no âmbito da cobrança de portagens na ponte 25 de abril, as verbas retidas indevidamente e a posterior devolução, determinada pelo Governo, do montante acrescido de juros. Pediu ainda ao Presidente do InIR que esclarecesse as relações institucionais mantidas com as restantes entidades intervenientes, e sobre a Derrama Estadual, solicitou esclarecimentos adicionais acerca da intervenção do InIR na última minuta de contrato com a Lusoponte aprovada pelo Governo. Solicitou



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

também a disponibilização à Comissão do texto do FRA IX e a confirmação da taxa de juro aplicada à Lusoponte para as verbas a devolver ao Estado, que foi veiculado pela Comunicação Social.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) fez uma interpelação à Mesa para pedir esclarecimentos sobre os ofícios trocados entre o InIR, a EP e a Lusoponte e sobre o papel do InIR na negociação do acordo.

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) aludiu ao requerimento apresentado pelo GP do PS e ao seu conteúdo, tendo solicitado ao Presidente do InIR que esclarecesse se o interesse público tinha sido acautelado em todo o processo relacionado com a Lusoponte, prestasse esclarecimentos sobre a gestão pela EP do contrato com a Lusoponte, sobre as consequências jurídicas da retenção da compensação à concessionária pela não cobrança de portagens, sobre o momento em que ocorreu a negociação prevista no OE 2011 para a reposição das verbas cobradas indevidamente nas portagens na ponte 25 de abril, sobre a posição dos vários intervenientes quanto ao enquadramento fiscal da derrama estadual e sobre a avaliação dos resultados para as contas públicas e sobre o papel do InIR em todo o processo negocial com a Lusoponte.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) aludiu ao requerimento apresentado pelo GP do PS e considerou-se esclarecido relativamente às questões nele colocadas acerca do duplo pagamento feito à Lusoponte. Pediu ao Presidente do InIR que explicasse a quem pertenciam as receitas de portagem da Ponte 25 de Abril, de acordo com o acordo FRA VIII e os momentos em que eram feitos os acertos entre o Estado e a concessionária, bem como, a relação institucional existente entre o regulador e a Tutela. Deu a sua opinião sobre a decisão do Ministério das Finanças relativa à Derrama Estadual e sobre o Relatório do Tribunal de Contas no que respeita à questão da salvaguarda dos interesses do Estado, no quadro do FRA VIII e, ao concluir, perguntou ao InIR se entendia ter condições para exercer as suas competências de regulador.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) fez nova interpelação à Mesa com base nas afirmações feitas pelo Senhor Presidente do InIR e solicitou a entrega da documentação que tinha em seu poder para esclarecer as questões colocadas pelo GP do CDS-PP, sobre o contrato com a Lusoponte. Esses documentos foram disponibilizados e distribuídos em seguida.

Também o Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) fez uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE), questionou o InIR sobre as suas competências e os pareceres técnicos que emitira no âmbito do processo em análise, o pagamento indevido à Lusoponte e a execução do acordo FRA VIII, sobre as



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

parcerias público-privadas em geral e os investimentos lesivos para o Estado celebrados com as mesmas e sobre a renegociação do alargamento do prazo de concessão da Lusoponte. Finalmente solicitou ao InIR que informasse a Comissão sobre a posição que tinha assumido junto do Governo, depois de concluir que a introdução de portagens nas ex-Scut's tinha reduzido significativamente o tráfego nas mesmas.

O Presidente do InIR respondeu, individualmente, às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores Deputados.

Seguiu-se a segunda ronda de perguntas:

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) questionou a independência do regulador InIR na sua relação com a concessionária Lusoponte, comentou a decisão unilateral do Governo de introduzir portagens, as compensações previstas no FRA VIII, o contrato das Scut's e as respetivas receitas de portagens pagas à EP. Questionou os dados contidos no quadro de pagamentos à Lusoponte, distribuído pelo InIR, por não incluir a restituição do pagamento feito em duplicado à Lusoponte. Referiu-se depois à indemnização relacionada com a derrama estadual.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) referiu-se à criação da derrama estadual em sede do CIRC e à reintrodução das portagens na Ponte 25 de Abril no mês de agosto de 2010, solicitou ao GP PS que disponibilizasse os documentos relevantes a que se referira e pronunciou-se sobre a atuação do InIR no processo do novo acordo de equilíbrio financeiro recentemente celebrado com a Lusoponte.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) respondeu ao pedido de distribuição de documentos que lhe foi dirigido pelo PSD, sugerindo que o mesmo fosse direcionado para o InIR. Referiu-se por fim aos atrasos das respostas dadas pelo Governo às perguntas da AR.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) registou que, apesar de diversas insistências, o GP do PS se tinha mostrado indisponível para entregar a documentação que tinha na sua posse.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) requereu ao Senhor Presidente, que a Comissão solicitasse os documentos em causa ao Governo e ao InIR.

Em resposta ao pedido de disponibilização de documentação, o Senhor Presidente do InIR respondeu que apenas tinha consigo o texto da sua intervenção inicial nesta audição e que toda a informação relevante aí referida poderia ser fornecida aos Senhores Deputados caso o solicitassem. A cópia da intervenção do Presidente do InIR foi depois distribuída.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) comentou as afirmações feitas pelo GP do PS no seu anterior requerimento. Afirmou que o GP PS dispunha do texto do FRA IX, pelas referências que já tinha feito ao documento, e perguntou ao InIR qual teria sido a intenção da EP, ao reter as receitas sem esperar pelo período normal de acerto de contas.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) afirmou que tanto o GP do BE como a própria Comissão pretendiam aceder ao FRA IX e aos pagamentos nele programados e depois perguntou ao InIR quando os disponibilizaria. Em seguida comentou que nunca tinha sido acautelado o interesse público, em 17 anos de relações do Estado com a Lusoponte e perguntou se o InIR tinha ficado surpreendido com o duplo pagamento feito pelo Estado.

Às questões que lhe foram colocadas, o Senhor Presidente do InIR respondeu em conjunto, no final da segunda ronda.

Na terceira e última ronda de perguntas, o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) referiu-se às afirmações do Senhor Primeiro Ministro sobre a restituição das verbas recebidas indevidamente pela Lusoponte e solicitou ao Presidente do InIR que explicasse o seu papel na negociação do FRA IX. Questionou ainda o Regulador sobre os valores inscritos na folha de pagamentos até 31 de Março de 2012 que tinha distribuído à Comissão.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) usou também da palavra, para informar que o seu GP se considerava esclarecido relativamente às questões que colocara.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) partilhou da mesma opinião no que diz respeito ao seu GP.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) criticou a política seguida pelo Governo com as PPP e depois, referindo-se ao mapa de pagamentos até 31 de março de 2012 distribuído à Comissão explicou que o que pretendia era o plano de pagamentos previsto no FRA IX e que iria insistir com o Governo para o obter. Ao concluir, aludiu à redução de barcos na travessia do Tejo, para sobre isso perguntar quantas pessoas iriam passar a pagar as portagens da ponte 25 de abril.

No final da terceira ronda, o Senhor Presidente do InIR deu as respostas que considerou adequadas.

2.ª parte:

1. Apreciação e votação da ata n.º 62/XII (relativa à reunião de 4 de abril de 2012)

A ata n.º 62/XII foi aprovada por unanimidade, na ausência do GP do Partido Ecologista “Os Verdes”.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

2. Outros assuntos.

2.1. O Senhor Presidente informou que na véspera, ao final do dia, tinha dado entrada na Comissão, um requerimento do GP do PS para ouvir o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, o Presidente do Conselho de Administração da CGD e o Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR, sobre os motivos que levaram a CGD e por consequência o Governo, enquanto acionista único, a aceitar a proposta da empresa brasileira Camargo Corrêa, em detrimento da proposta apresentada pela Semapa.

Coube ao Senhor Deputado Basílio Horta a apresentação do requerimento que, por consenso de todos os GP representados foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência no GP do Partido Ecologista “Os Verdes”, com a alteração proposta pelo GP do PSD e subscrita pelo GP do CDS-PP com a qual o GP proponente concordou, que acrescenta «...» o Senhor Ministro de Estado e das Finanças *ou a Senhora Secretária do Tesouro e das Finanças* «...». O Senhor Presidente informou que faria as diligências necessárias com vista ao agendamento das audições aprovadas.

2.2. A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) pediu a palavra para transmitir que o P JL 169/XII e o P JR 208/XII baixaram à Comissão no dia 2 de março de 2012 para nova apreciação por 60 dias e que o GP do PS não ponderava a realização de audiências no âmbito das referidas iniciativas e para perguntar se estava prevista a data do seu agendamento, ao que o Senhor Presidente respondeu que a apreciação tinha sido agendada para a reunião de 18 de abril.

A reunião foi gravada em suporte áudio, tendo sido encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 63/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Basílio Horta
Maria Paula Cardoso
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Cordeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia